

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.610.298 - MG
(2019/0323573-1)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**
AGRAVANTE : ARNALDO SOARES ALVES
**REPR. POR : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECAO MINAS
GERAIS**
**ADVOGADOS : GLEICIANE EMANUELE DUARTE - MG088019
CLÁUDIO CARDOSO DA SILVA LEMOS - MG077758
BRUNO DIAS CÂNDIDO - MG116775
IURI ALKIMIM FAGUNDES DE PAULA - MG141700
MARIANA TORMIN TANOS LOPES - MG134268
CRISTIANO VOLPE GUIMARAES - MG137723
BETÂNIA OLIVEIRA DE ANDRADE - MG150884
CAMILA LIMA SOARES - MG172500**
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. DENÚNCIAÇÃO CALUNIOSA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DO FUNDAMENTO DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL, SÚMULA 7/STJ. DECISÃO AGRAVADA PROFERIDA PELA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. MANUTENÇÃO.

I - Não pode ser conhecido o agravo em recurso especial que não infirma os fundamentos da decisão agravada, especificamente não enfrentou de maneira adequada a incidência da Súmula 7/STJ.

II - Para afastar o óbice da Súmula 7/STJ, não basta apenas deduzir a inaplicabilidade do óbice apontado na decisão agravada, **sem demonstrar a desnecessidade da análise do conjunto fático-probatório, deixando claro que os fatos foram devidamente consignados no acórdão objurgado**, o que não aconteceu.

Agravo regimental **desprovido**.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

Os Srs. Ministros Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 10 de março de 2020(Data do Julgamento)

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator